



RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO SEFAZ EM 2023



Prestação de Contas do Exercício da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE
CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 148, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.

ANEXO XIX

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO

	PROGRAMA/AÇÕES/ SUBAÇÃO (A)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (B)	DESPESA LIQUIDADADA (C)	% DE DESPESAS LIQUIDADAS/ DESPESA AUTORIZADA (D)	PRODUTO (E)	META FÍSICA PREVISTA (F)	META FÍSICA REALIZADA (G)	COMENTÁRIOS (H)	INDICADOR DO PROGRAMA (I)
1.	0452 - APOIO TECNOLÓGICO PARA PROMOÇÃO DO MODELO DE GESTÃO								
1.1	0178 - Adequação da Infraestrutura Física e Reparelhamento da SEFAZ	305.000,00	71.892,99	23,57%					
2	1016 - GESTÃO DAS RECEITAS								
2.1	4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias								
2.1.1	4085.0008 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias - ICMS	7.025.600,00	6.466.725,25	92,05%					
2.1.2	4085.0009 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias - IPVA	527.700,00	384.463,06	72,86%					

*Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária.

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas, ações e subação conforme a Lei Orçamentária Anual.
 (B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
 (C) Total da despesa liquidada por programa e ações.
 (D) Percentual alcançado (C/B).
 (E) Produto em relação à meta física estipulada.
 (F) Resultado físico previsto.
 (G) Resultado físico alcançado.



- (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
(I) Indicador previsto para medição do programa.

Sumário:

1. ALINHAMENTO PROGRAMÁTICO DO PLANO ESTRATÉGICO DA SEFAZ

- 1.1. O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027
- 1.2 O Mapa da Estratégia da SEFAZ 2020-2023 e a Revisão da Estratégia da SEFAZ 2024-2027
- 1.3 O Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco – PROFISCO II

2. METAS E RESULTADOS DA SEFAZ EM 2023

- 2.1 INCREMENTO DA RECEITA PRÓPRIA: ICMS, ICD e IPVA
- 2.2. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE FISCAL DO ESTADO
- 2.3. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DE PERNAMBUCO

3. DESCRIÇÃO DAS METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) DA SEFAZ EM 2023

- 3.1. Resultados da realização das Metas (físicas e financeiras) conforme o PPA/LOA da SEFAZ



Documento Assinado Digitalmente por: DANIELLA MYRIAN SILVA
Acesse em: <https://e-ctepce.br/ppp/validacao/seam/Codigo-do-documento>
Código do documento: 9fa4dbdb-0497-413-aedf-cb093b346ab2

1. ALINHAMENTO PROGRAMÁTICO DO PLANO ESTRATÉGICO DA SEFAZ

As três fontes básicas para o alinhamento programático do Plano Estratégico 2023 da Secretaria da Fazenda com as diretrizes do Governo Estadual são:

- a) O Plano Plurianual (PPA) 2020- 2023 e 2024-2027 - estabelecem as Orientações Estratégicas do Governo Estadual para o quadriênio;
- b) O Mapa da Estratégia da SEFAZ 2020-2023 e a revisão do mapa para 2024-2027 - estabelece o alinhamento programático das ações a serem desenvolvidas no exercício 2023;
- c) O Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco – PROFISCO II que, iniciando a sua fase de execução em setembro de 2019, baseado em um conjunto de metas, pactuado em 2017, e em novas diretrizes que são revisitadas e revisadas a cada ano.

1.1. O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

O ano de 2023 tem as estratégias de governo ainda balizadas no PPA 2020-2023 que teve parâmetros no Plano Estratégico de Longo Prazo 2035, contendo as iniciativas para construir um futuro próspero para o estado. Esse plano delimita cinco eixos estratégicos, subdivididos em: educação e conhecimento, instituições de qualidade, prosperidade, coesão social e qualidade de vida. Também foca em 14 áreas de resultado, de forma a garantir a melhoria na qualidade de vida dos pernambucanos pela promoção do desenvolvimento econômico.

Os temas estruturantes aparecem abaixo agrupados os Objetivos e Metas de longo Prazo para possibilitar o alcance da Visão de Futuro: UM ESTADO PARA TODOS. Com base nos insumos apresentados, foram estabelecidos os conceitos amplos centrais da estratégia de governo até o ano de 2023: Coesão social, qualidade de vida e a prosperidade. Foram ainda conceituadas premissas condicionantes: a inovação, a sustentabilidade, atuação regional, instituições de qualidade, participação popular e o equilíbrio fiscal.



PACTO PELA EDUCAÇÃO - PACTO PELA VIDA – PACTO PELA SAÚDE – CIDADANIA E CULTURA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - MOBILIDADE E URBANISMO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - TRABALHO, RENDA E COMPETITIVIDADE - ÁGUA E INFRAESTRUTURA - MODELO DE GESTÃO.



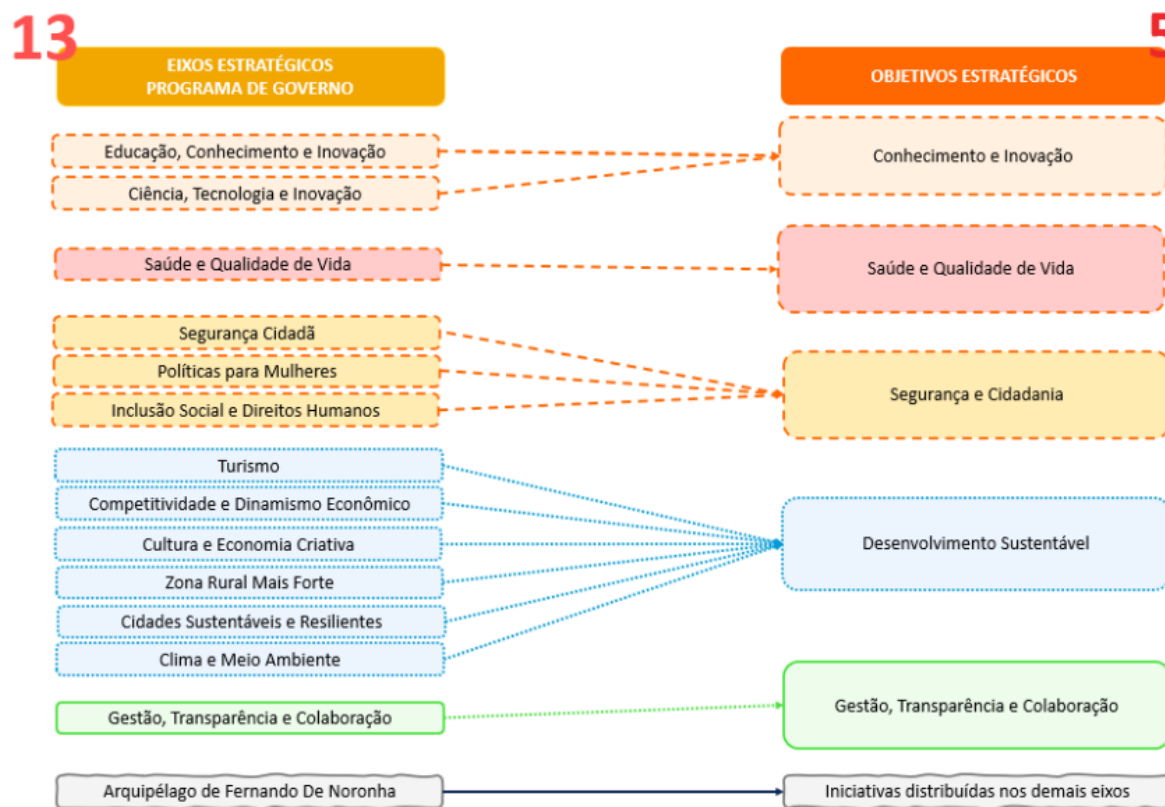
Mapa da Estratégia 2020-23



Além disso, as ações do ano 2023, novo governo e com nova gestão, já foram referenciadas também novo Plano Plurianual 2024-2027 elaborado fundamentando-se em um diagnóstico que levou em consideração outros instrumentos de planejamento globais e específicos para Pernambuco tais como: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS, o Planejamento de Longo Prazo de Pernambuco – PE2035, o Plano de Governo vigente, além de contar com a Participação Popular (Seminários Regionais Ouvir para Mudar) para identificação de demandas prioritárias.

O Plano de Governo convalidado pela população pernambucana, em outubro de 2023, se compromete, através de uma gestão eficiente, em colocar em prática soluções emergenciais e estruturadoras para os principais problemas e atender as demandas da sociedade com um olhar diferenciado para as pessoas em situação de pobreza, para as mulheres, para as crianças e pessoas com deficiência.

Os valores e diretrizes constantes no Plano de Governo foram incorporadas de maneira transversal ao planejamento estadual, e 13 eixos estratégicos foram consolidados em 5 objetivos estratégicos, conforme imagem a seguir, de forma a possibilitar a efetiva execução do ciclo de gestão das políticas públicas, composta pelas etapas do PDCA (Planejar, Executar, Monitorar e Avaliar).



Desta forma, para 2023 e para o próximo quadriênio, foram definidos, a partir dos insumos para elaboração da estratégia, objetivos estratégicos e diretrizes, com vistas a alcançar a nova visão de futuro: **UM ESTADO MAIS PRÓSPERO, JUSTO E SUSTENTÁVEL**. Tais elementos estão organizados no novo Mapa da Estratégia, que representa o principal instrumento de estruturação e comunicação da estratégia para a sociedade. O mapa da estratégia é uma ferramenta visual que organiza os elementos estratégicos: visão de futuro, olhar prioritário, objetivos estratégicos e diretrizes. Ele é usado como um meio para estruturar e alinhar todos os recursos em direção a um objetivo comum. Dessa forma, esse instrumento de gestão organiza a estratégia, que direciona os colaboradores para a ação.





O alinhamento da programação das secretarias com o Mapa da Estratégia permite visualizar a operacionalização dos Objetivos Estratégicos, de forma concreta, uma vez que os recursos alocados nas programações têm rebatimento direto nas ações que contribuem para o alcance de tais objetivos.

A **SEFAZ**, cuja missão é “Prover e gerir os recursos financeiros necessários à implementação das políticas públicas do Estado, com vistas à manutenção do equilíbrio fiscal dinâmico”, tem atuação importante na viabilização dos objetivos e ações que envolvem os focos e perspectivas acima, sendo dada maior ênfase à premissa condicionante equilíbrio fiscal, foco inevitável em ambiente de escassez.



1.2 O Mapa da Estratégia da SEFAZ 2020-2023 e a Revisão da Estratégia da SEFAZ 2024-2027

O mapa estratégico ainda vigente em 2023 na SEFAZ, denominado “Farol de Oportunidades”, foi revisado em 2020 alinhado com o do Governo de Estado. O Planejamento Estratégico 2020-2023 buscou construir um roteiro para que a SEFAZ-PE pudesse cumprir sua missão e alcance sua visão de futuro, a partir do entendimento da cadeia de valor, dos pontos fortes e fracos dos processos de trabalho e da análise de oportunidades de aumento de receita e redução de despesas. Porém, ainda em meados desse ano, a secretaria iniciou o trabalho de análise da maturidade da gestão fiscal, através da aplicação da MD-GEFIS junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde já foi possível trazer um panorama de oportunidades de melhorias para o novo Governo, junto com os novos direcionamentos estabelecidos.

Assim, foi possível elaborar o desdobramento da estratégia da Sefaz para 2024-2027 e já trazer ainda no ano de 2023 ações segundo as novas diretrizes estratégicas da gestão, buscando “Prezar pela qualidade do gasto, garantindo os recursos necessários à manutenção dos serviços públicos e ampliando a capacidade de investimento do Estado” e “buscando melhorar o ambiente de negócio” e “oferecer um novo modelo de relacionamento fisco-contribuinte”.

Documento Assinado Digitalmente por DANIELLA MYRIAN SILVA
Acesse em: <https://cage.ce.br/epp/validaDoc.aspx?CodigoDoc=seamCodigoDoc:9fa4db0b-0d27-4443-aedb-cb0936346ab2>



MAPA DA ESTRATÉGIA 2020-2023



O segundo balizador da execução do Plano Estratégico 2023 foi a revisão do Mapa da Estratégia 2024-2027 da SEFAZ, que foi elaborado em 2023 também em alinhamento ao do Governo do Estado.

Mapa Estratégico

Secretaria da Fazenda | 2024 — 2027



MISSÃO

Prover e gerir os recursos necessários à implantação das políticas públicas do Estado com vistas à manutenção do equilíbrio fiscal dinâmico

VISÃO

Ser um órgão apoiador do desenvolvimento socioeconômico do Estado, pautado pela responsabilidade fiscal, inovação, eficiência e foco no cidadão

OBJETIVOS DE RESULTADO

Oferecer à sociedade um novo modelo de relacionamento fisco-contribuinte, pautado pelo paradigma de incentivo à conformidade e de simplificação dos processos, serviços e normas

Prover a arrecadação necessária ao financiamento das políticas públicas, com garantia da Justiça fiscal

Prezar pela qualidade do gasto, garantindo os recursos necessários à manutenção dos serviços públicos e ampliando a capacidade de investimento do Estado

OBJETIVOS FINALÍSTICOS

1.1 Apoiar a construção de uma reforma tributária justa e eficiente, avaliando os seus impactos e adequando os processos, sistemas e normas

1.2. Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e para o aumento da competitividade do Estado

1.3. Promover a conformidade tributária e o diálogo com os contribuintes

1.4. Ampliar a capacidade de atendimento, com ênfase na inclusão, simplificação e virtualização dos serviços

1.5. Ampliar as ações de monitoramento fiscal, buscando maior assertividade e eficiência das ações de fiscalização e qualidade do lançamento

1.6. Consolidar o modelo de fiscalização inteligente do trânsito de mercadorias

1.7. Fortalecer os mecanismos de combate à fraude fiscal estruturada

2.1. Fortalecer os instrumentos de planejamento e controle da despesa e prover um melhor atendimento e orientação aos órgãos setoriais

2.2. Aperfeiçoar a gestão de ativos e otimizar o uso das fontes de recursos do Estado

2.3. Fortalecer a gestão de riscos fiscais, com ênfase no equilíbrio fiscal de curto, médio e longo prazo

2.4. Buscar a sustentabilidade da dívida pública a partir de uma visão de planejamento e de coordenação com a política fiscal, avaliando novas oportunidades para viabilizar os investimentos necessários ao Estado

OBJETIVOS HABILITADORES

3.1. Acelerar as entregas de TI, com ênfase no aumento da capacidade dos times de negócio e de tecnologia e na simplicidade das soluções

3.2. Ampliar o uso de soluções analíticas que tragam eficiência e fortaleçam a tomada de decisão

3.3. Aperfeiçoar os serviços administrativos e de engenharia, com ênfase na qualidade do atendimento e na gestão eficiente dos recursos

3.4. Desenvolver a cultura e a gestão para transformação de processos

3.5. Fortalecer a gestão de riscos, com ênfase na implantação de controles

3.6. Valorizar e desenvolver pessoas e implantar instrumentos que promovam a gestão do conhecimento e a alocação eficiente dos fazendários

ÉTICA

EQUIDADE

TRANSPARÊNCIA

QUALIDADE

COMPROMISSO SOCIAL

MAPA DA ESTRATÉGIA 2024-2027



A principal mensagem a ser passada pela nova Estratégia é a mudança de paradigma na relação fisco-contribuinte. Além de fortalecer as estruturas de atendimento ao contribuinte, a SEFAZ está construindo uma nova referência de confiança e diálogo com a sociedade pernambucana, aperfeiçoando sua postura orientativa e trazendo maior facilidade e transparência aos processos.

Para isso, passa a adotar o conceito da pirâmide de risco para instituir uma nova forma de atuação da administração tributária, oferecendo um tratamento tributário adequado aos diferentes perfis de contribuintes, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios no Estado e estimulando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e a autorregulização.

Os novos objetivos foram desdobrados em projetos estratégicos que viabilizam a realização das grandes transformações e são periodicamente monitorados por indicadores, que sinalizam se o caminho tem sido percorrido da forma esperada.

Desta maneira, ainda em 2023 já foi possível executar ações alinhadas com a nova estratégia 2024. Tais como:

- Criação de Planos de Melhoria da qualidade do gasto público;
- Ações de justiça Fiscal e Desenvolvimento: Implantação do Programa de Autorregulização e Conformidade Tributária- Coopera, redução das multas atuais, limitação da atualização monetária e juros dos tributos estaduais, programa mais abrangente de recuperação de crédito, fim do ICMS antecipado e ICMS estimativa das indústrias, reestabelecimento do PROINFA;
- Ações de Simplificação e Desburocratização: Simplificação do parcelamento do ICMS, prestador de serviço de telecomunicação, Cadastramento de ICD sem credenciamento de cartórios, ampliação da lista de locais dispensados de inscrição no cacepe, autorização de uso de impressora de tintas pra impressão de selos de água mineral, entre outras.

1.3 O Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco – PROFISCO II

A SEFAZ enfrenta novos desafios que precisam de investimentos para serem superados. Com o olhar para os novos desafios, a Secretaria da Fazenda em conjunto com as Secretarias de Administração, Planejamento, Gestão, Saúde, Controladoria Geral do Estado e Agência Estadual de Tecnologia da Informação deram início, em setembro de 2019, à execução do PROFISCO II.

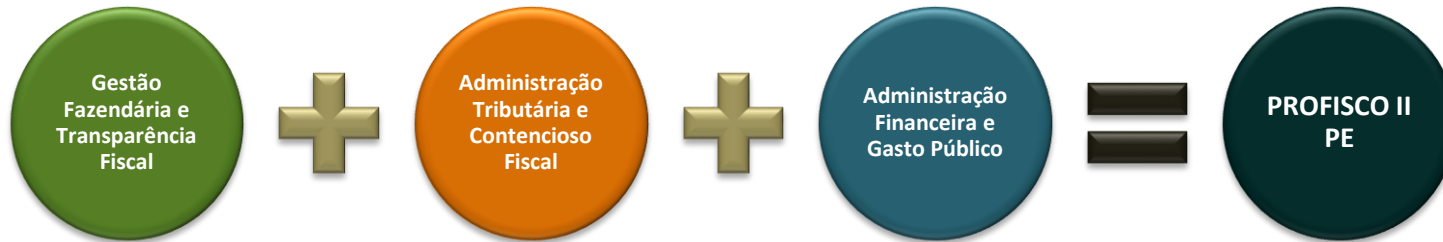
O PROFISCO II contempla um conjunto de investimentos que vêm contribuindo para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária e transparência fiscal, administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e gasto público, nos próximos anos. O programa é financiado parte com recursos próprios, parte com recursos de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. A coordenação do PROFISCO em Pernambuco está sendo feita pela Secretaria Executiva de Coordenação Institucional e Superintendência de Gestão e Finanças (SGF) da SEFAZ-PE, que compõem a unidade de coordenação do Profisco II (UCP).



Em meados de 2023, como parte da revisão do planejamento estratégico 2024-2027, foi feita uma revisão da carteira de projetos da SEFAZ que impactou nos produtos por componente, visando uma readequação de forma a comportar ainda no PROFISCO II financiamento do Programa de Autorregularização e Conformidade Tributária e participação da SEFAZ nas discussões sobre Reforma Tributária.

Até o final de 2023, a execução do PROFISCO II atingiu 60,29%, possuindo mais de 80% dos recursos do empréstimo já comprometidos. O programa teve sua finalização contratual prorrogada para setembro de 2026, através do aditivo do contrato.

Sendo assim, para o período 2019-2026, o projeto prevê investimentos totais no valor de até US\$ 44,4 milhões a serem aportados em aquisições de bens, serviços e consultoria para os seguintes componentes e produtos:



Documento Assinado Digitalmente por: DANIELLA MYRIAN SILVA
Acesso em: <https://app.validaDoc.seam> Código do documento: 9fa4dbdb-0d27-4443-aedb-cb0936346ab2



COMPONENTES E PRODUTOS PREVISTOS COM INVESTIMENTOS DO PROFISCO II:

I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:

Melhorar o desempenho da governança pública, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços aos fazendários.

- **1.1 Governança fazendária aperfeiçoada:**
 - 1.1.1 Monitoramento da estratégia, dos projetos e compartilhamento das informações fazendárias;
 - 1.1.2 Processos de trabalho da gestão fazendária aperfeiçoados.
- **1.2 Novo modelo de gestão de pessoas implantado:**
 - 1.2.1 Metodologia para avaliação e dimensionamento da força de trabalho fazendária implantada;
 - 1.2.2 Programa de formação continuada implantado;
- **1.3 Plataforma de tecnologia da informação e comunicação atualizada:**
 - 1.3.1 Solução de proteção e recuperação de dados e informações implantada;
 - 1.3.2 Solução tecnológica para monitoramento dos serviços de TI implantada;
 - 1.3.3 Infraestrutura de TI ampliada e atualizada.



II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal:

Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuir -do para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

- **2.1 Incentivos fiscais controlados;**
 - 2.1.1 Sistema para concessão, gestão e monitoramento dos incentivos fiscais.
- **2.2 Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias monitoradas;**
 - 2.2.1 Integração com a REDESIM (Receita Federal, Junta Comercial e municípios);
 - 2.2.2 Sistemas corporativos adequados para utilização do SPED;
 - 2.2.3 Pagamento Centralizado do ICMS no Portal Único do Comércio Exterior em Integração com a RFB implantada;
 - 2.2.4 Novo Modelo de Monitorização do Simples Nacional;
 - 2.2.5 Declaração/homologação do ICMS antecipado.
- **2.3 Novo modelo de fiscalização de contribuintes implantado;**
 - 2.3.1 Modelo de fiscalização e controle de fronteiras reestruturado;
 - 2.3.2 Novo Modelo de Monitoramento Fiscalização e Atendimento ao Contribuinte (REMAF);
 - 2.3.4 Processos e Sistemas da Inteligência Fiscal, do LAUD e da COE Reformulados.
- **2.4 Sistemas de cobrança aperfeiçoados;**
 - 2.4.1 Novo modelo de recuperação de crédito tributário implantado;
 - 2.4.2 Sistema de Gestão de Processos Fiscais (GPF) reestruturado e integrado ao SAJ da PGE;
 - 2.4.3 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco;
 - 2.4.4 Sistema de controle do cumprimento das decisões judiciais do contencioso tributário reestruturado e integrado à PGE.
- **2.5 Nova sistemática de obtenção de informações e acesso aos DFE;**
 - 2.5.1 Cruzamentos de Malha Fina ampliados pela solução de Processamento massivo de Dados (BIG-DATA);
 - 2.5.2 Sistema de Segurança Orgânica implantado.
- **2.6 Novo modelo de atendimento aos contribuintes implantado;**
 - 2.6.1 Processos de atendimento automatizados com usabilidade aprimorada;
 - 2.6.2 Declaração de ICD automatizada.



III. Administração Financeira e Gasto Público

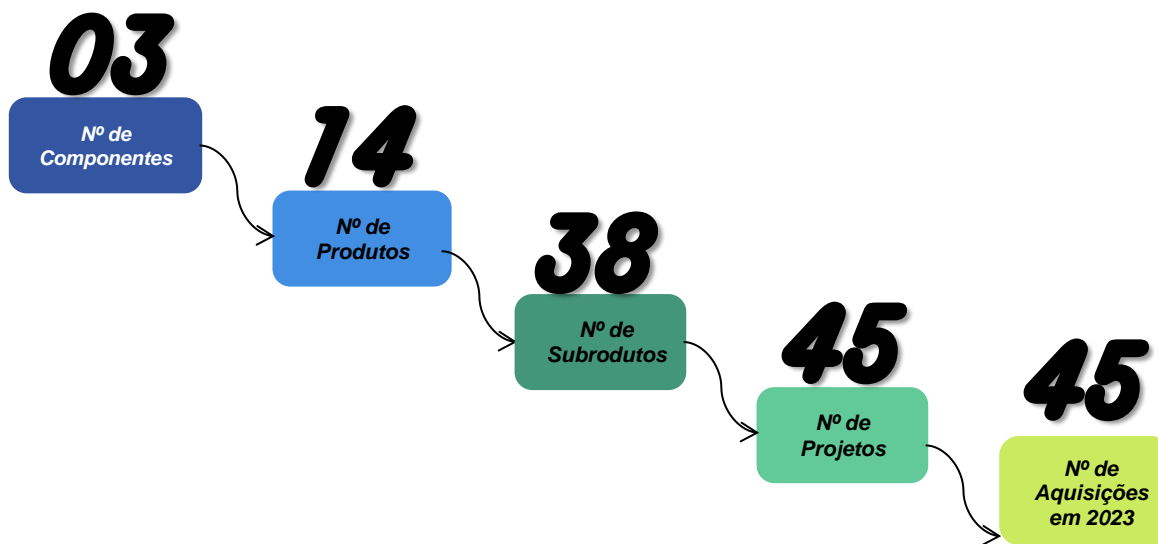
Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, na avaliação da qualidade do gasto público, na apuração de custos e na melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

- **3.1 Novo modelo de gestão dos recursos orçam. e financeiros implantado;**
 - 3.1.1 Fluxo de caixa automatizado;
 - 3.1.2 Processo de Validação das Contas a Pagar automatizado;
 - 3.1.3 Gestão Integrada de Indicadores Orçamentários e Financeiros Implantada;
 - 3.1.4 Módulo de gestão dos Precatórios e RPVs implantado no e-Fisco;
 - 3.1.5 Sistemática e Sistemas de Gestão dos TETOS de Gastos Públicos implantados.
- **3.2 Sistemas para gestão de transferências e prestação de contas implantados;**
 - 3.2.1 Sistema para Gestão de Transferências de Recursos Implantado e integrado à Prestação de Contas;
 - 3.2.2 Novo sistema de Administração de Convênios integrado ao SICONV Implantado;
 - 3.2.3 Acompanhamento da Regularidade Estadual Automatizada;
 - 3.2.4 Prestação de contas das OSS (Organizações Sociais de Saúde) implantada.
- **3.3 Modelo de gestão contábil do Estado aprimorado;**
 - 3.3.1 Sistema de gestão de folha de pagamento implantado;
 - 3.3.2 Novo modelo de gestão de patrimônio e materiais implantado.
- **3.4 Gestão da dívida pública aperfeiçoada;**
 - 3.4.1 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco.
- **3.5 Novos procedimentos para a gestão de custos públicos;**
 - 3.5.1 Sistema de Informações de Custo (SIC-PE) implantado no e-Fisco com informações de consumo.



NÚMEROS DE PROJETOS DE CONTRATAÇÕES EM 2023:

Com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, os recursos do PROFISCO II foram investidos em 45 projetos em 2023, com escopos diversos, porém com objetivo fim de efetivar o aperfeiçoamento da gestão fazendária e da administração tributária e contencioso fiscal, bem como da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais. Os projetos implantados resultaram em 45 aquisições estratégicas para todo o governo do estado de Pernambuco.





MARCOS REALIZADOS EM 2023:

ÁREA	SUBPRODUTO -> PROJETOS	MARCOS
SCI	1.1.2 Processos de trabalho da gestão fazendária aperfeiçoados	03 (três) processos da gestão fazendária mapeados em 2023
SCI	1.2.2 Programa de formação continuada implantado	645 capacitações realizadas em 2023
SCI	1.3.3 Infraestrutura de TI ampliada e atualizada	210 atualizações de licenças para uso de software tipo IBM DB2 em 2023
CAT	2.3.4 Processos e Sistemas da Inteligência Fiscal, do LAUD e da COE Reformulados	1 (um) Relatório da Inteligência fiscal sobre os segmentos econômicos investigados contendo 08 segmentos em 2023
CAT	2.4.2 Sistema de Gestão de Processos Fiscais (GPF) reestruturado e integrado ao SAJ da PGE	01 módulo do Sistema de Gestão de Processos Fiscais entregue em 2023 - Módulo de Integração com Cartórios
CAT	2.5.2 Sistema de Segurança Orgânica com vistas a atender o Sigilo Fiscal e a LGPD implantado	01 (um) Prédio da Sefaz com implantado - DOE
CTE	3.2.1 Sistema para Gestão de Transferências de Recursos Implantado e integrado à Prestação de Contas	01 módulo de celebração entregue em 2023
CTE	3.3.2 Novo modelo de gestão de patrimônio e materiais implantado	66 laudos e 475 jogos de plantas de imóveis avaliados entregues em 2023



2. METAS E RESULTADOS DA SEFAZ EM 2023

2.1 INCREMENTO DA RECEITA PRÓPRIA: ICMS, ICD e IPVA

As Metas de arrecadação dos impostos estaduais, para 2023, foram fixadas considerando os cenários projetados para o ambiente externo e os compromissos assumidos pelo Estado, ainda pautado no ambiente de inflação menor que no ano anterior. O estabelecimento de metas foi induzido pelos cenários de crescimentos de PIB e IPCA previstos pelo boletim Focus e pelas ferramentas baseadas em inteligência artificial utilizada pela SEFAZ, para essas previsões.

TRIBUTOS	Arrecadação 2022	Crescimento das Metas 2023 (Em %)	Metas 2023	Resultado da Arrecadação 2023	Crescimento Anual Realizado (Em %)
ICMS*	22.058,816	1,82%	22.459,243	22.116,832	0,26 %
ICD	227,226	-11,4%	201,301	195,924	-13,78%
IPVA	1.890,448	14,86%	2.171,471	2.237,442	18,36%

Fonte: GEET – Gerência de Estudos Econômicos (11.01.2023)

* Incluídos neste valor os pagamentos de ICMS a título de fundos: FUNCULTURA, FDS e FURPE

(valores nominais em R\$ milhões)

Os dados da tabela acima mostram que a **arrecadação de receita própria** no estado de Pernambuco, oriunda de arrecadação dos tributos estaduais – como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ICD) – **registrou um crescimento de aproximadamente 1,55%**, em relação ao ano de 2022.



A despeito do crescimento global em seus tributos, a desaceleração de arrecadação continuou em 2023, ainda como impactos da queda produzida pelas LC 192/22 e LC 144/22 trazendo grandes desafios para os fiscos. Apenas no último trimestre houve uma melhora fruto principalmente do Programa Dívida Zero, instituído pelo Governo de Pernambuco, através da Lei Complementar Nº 520/2023. Medidas como alteração do ICMS de 18% para 20,5% também foram realizadas como forma de compensação das perdas de arrecadação, conforme lei nº 18.305/2023 entrará em vigor dia 01.01.2024.

2.1.1 ICMS COMPARATIVO MÊS A MÊS E ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/23

Analisando os gráficos abaixo é possível observar claramente os efeitos negativos, permanentes e estruturais gerados pelas referidas alterações na legislação fiscal citadas acima. Em 2023, Pernambuco bateu a meta de arrecadação do Estado em apenas cinco meses. Sendo dois desses meses, após início do Programa Dívida Zero. Apesar de uma leve recuperação em novembro e dezembro, o ano fechou com crescimento de 0,26% em relação a 2022, sendo abaixo da meta estipulada de 1,82%.

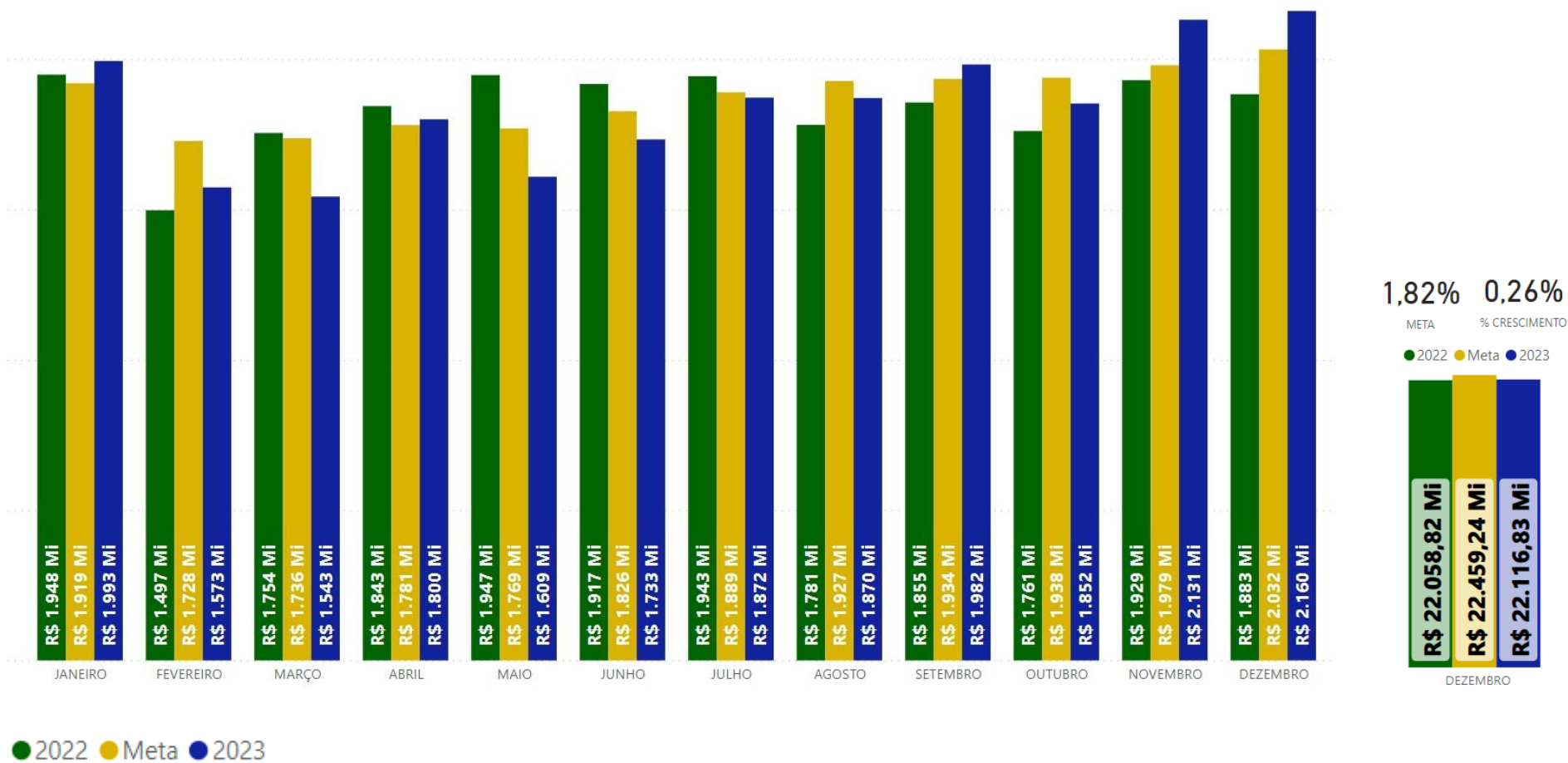
Apesar de essas mudanças tributárias terem sido criadas (pelo governo federal em 2022) com o intuito de conter os efeitos da inflação ao reduzir o preço de produtos considerados essenciais aos brasileiros, elas significaram prejuízos expressivos para a sociedade, principalmente em meio a uma conjuntura adversa, de baixo crescimento econômico, elevado desemprego e maior pressão sobre os serviços públicos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2023 ao TCE-PE
[Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco]

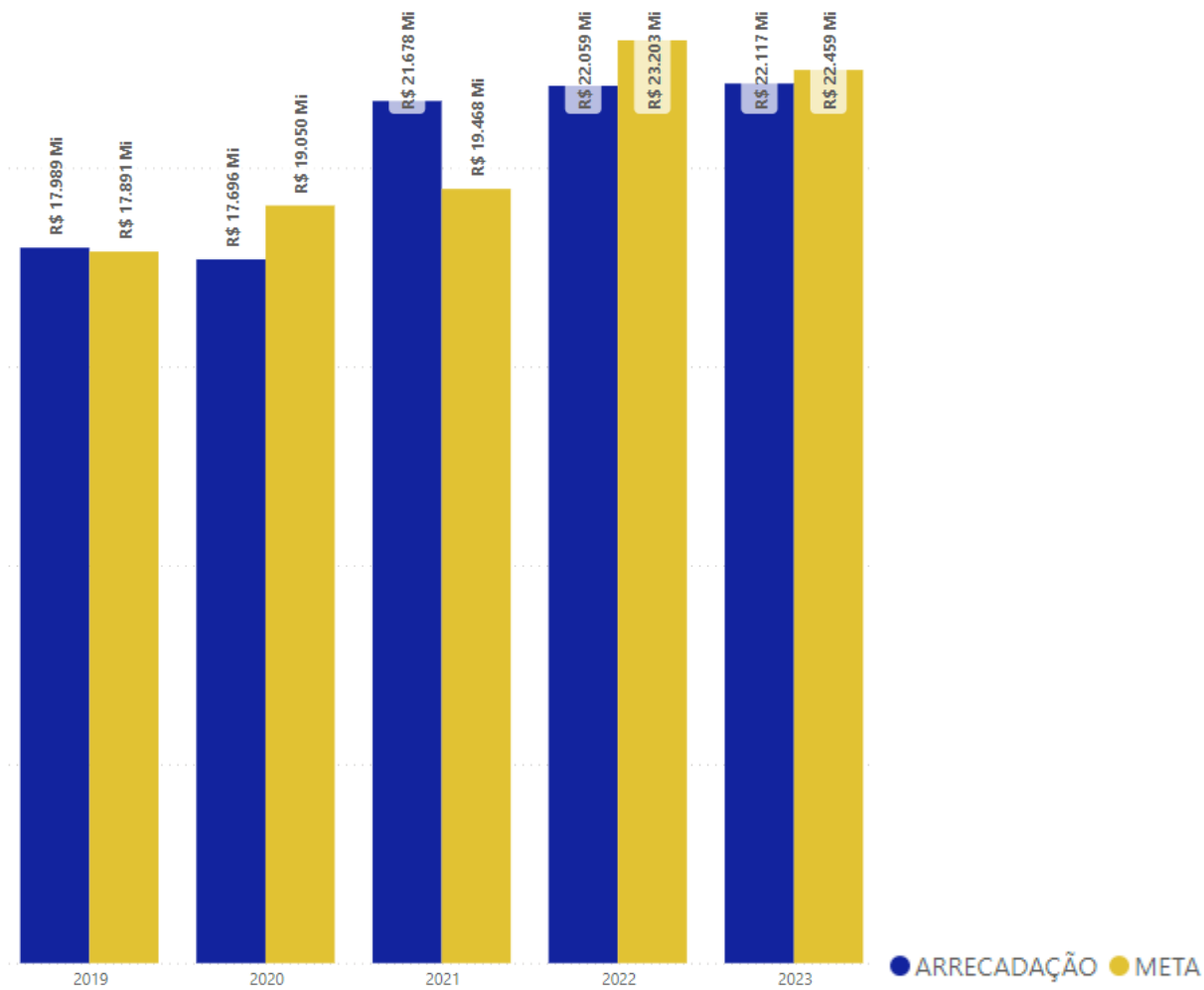


Documento Assinado Digitalmente por: DANIELLA MYRIAN SILVA
Acesse em: <https://e-icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9fa4dbdb-0d27-4443-aedb-cb0936346ab2





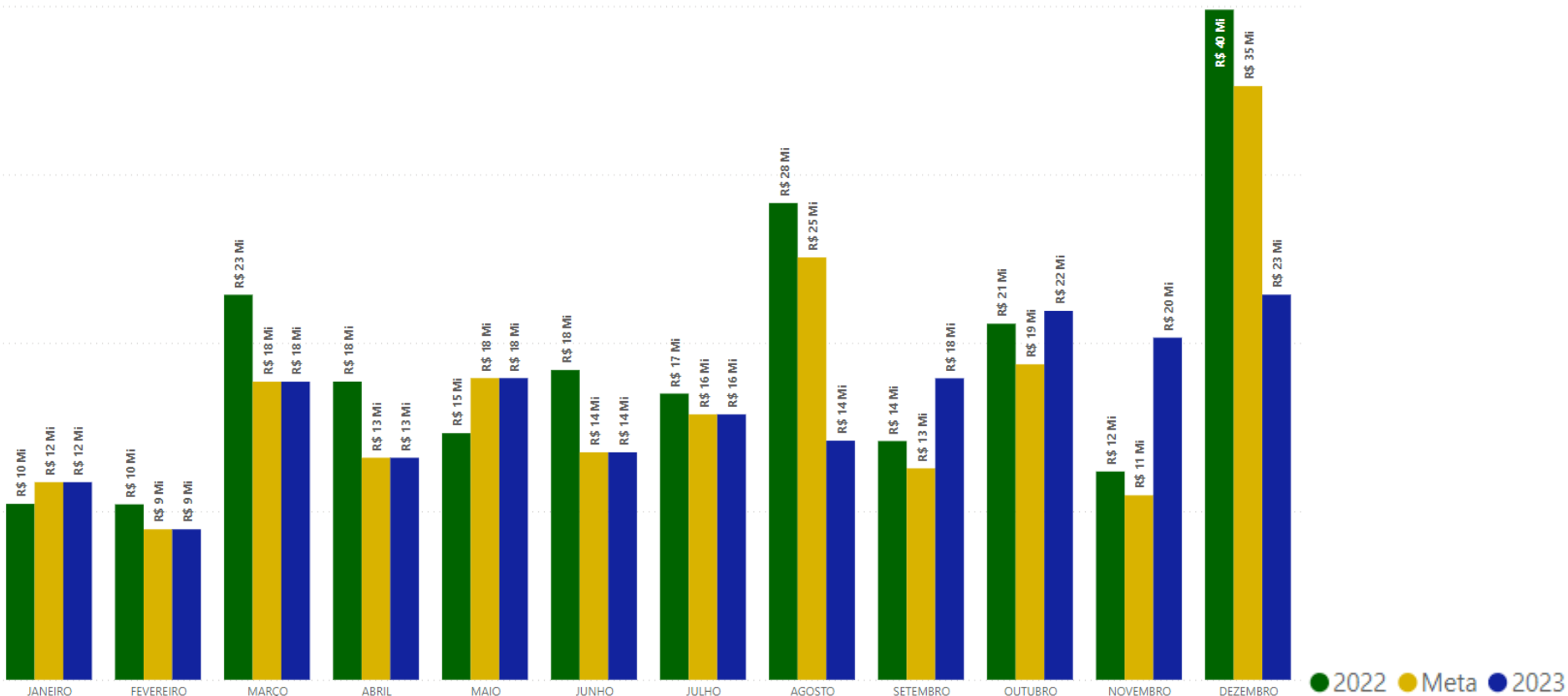
2.1.2 SÉRIE HISTÓRICA ICMS COMPARATIVO META X ARRECADAÇÃO





2.1.3 ICD

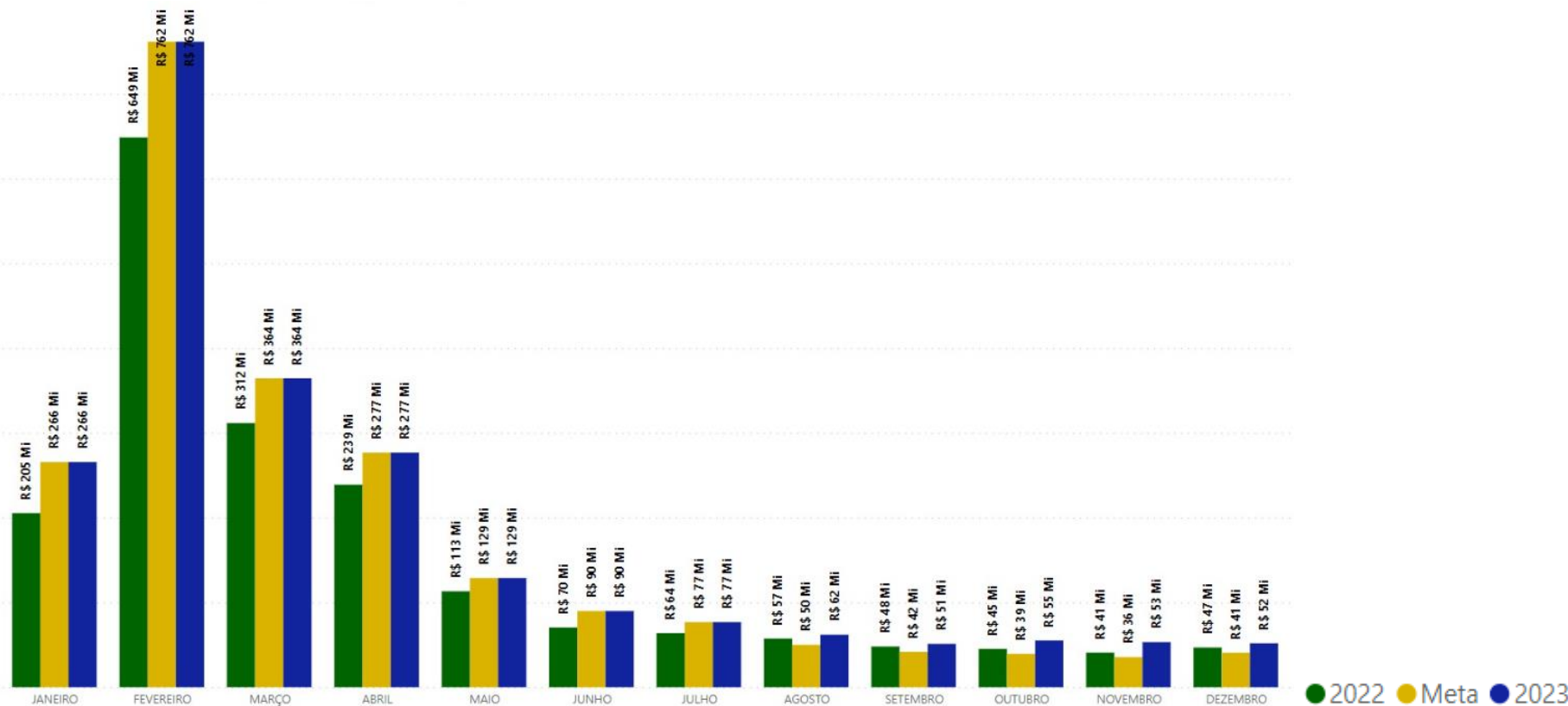
O ICD apresentou arrecadação em 2023, com decremento de -13,78% em relação ao ano de 2022 e -2,67% abaixo da meta estipulada para o ano. Esse fato está relacionado ao ano atípico de 2022 para o tributo de ICD devido ao Programa Especial de Recuperação de Crédito (PERC), instituído pela Lei Complementar Nº 465/2021, que teve a ação iniciada em 01/03/2022, ocasionado um relevante crescimento em sua arrecadação, ao longo de todo o ano de 2022.





2.1.4 IPVA

O IPVA, por sua vez, apresentou crescimento em todos os meses do período em análise, tendo um incremento de 18,36% em relação a 2022, superando a meta definida de 14,87%. O incremento da arrecadação do IPVA em 2023, em especial nos meses de janeiro a abril, deve-se ao fato do pagamento desse tributo ser concentrado nos primeiros meses.



**2.2. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE FISCAL DO ESTADO**

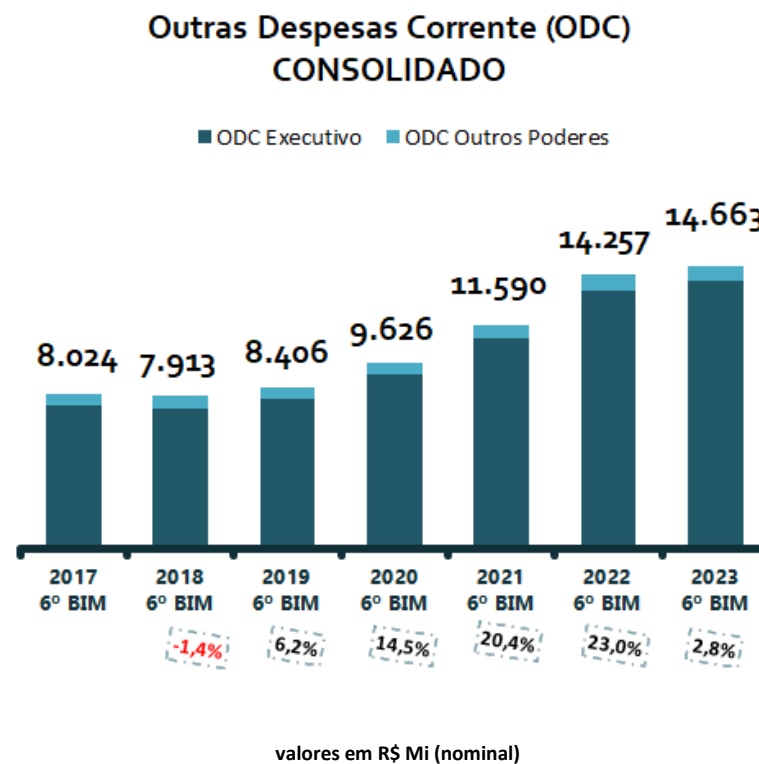
ITEM	META ANUAL	RESULTADO
		6º BIMESTRE 2023
CUSTEIO DO ESTADO	*Meta pactuada apenas para despesas geridas	R\$ 14,663 milhões
RESULTADO PRIMÁRIO	> 400 milhões	R\$ 1,221 milhão
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	> 400 milhões	R\$ 1,022 milhão
INVESTIMENTO DO ESTADO		R\$ 1,444 milhão
RESULTADO NOMINAL		R\$ 671 mil
COMPROMENTIMENTO DA RCL COM A DESPESA DE PESSOAL (EXECUTIVO)	46,55%	44,56%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RCL AJUSTADA - RGF	Limite geral = 200%	31,92%
Fonte: CGE - Contadoria Geral do Estado (31.01.2023)		

O equilíbrio das Contas Públicas é um grande desafio para qualquer governo. Para a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco não é diferente, observa-se que, apesar das dificuldades do cenário econômico dos últimos anos e as adversidades relacionadas com a queda de arrecadação do ano de 2023, o ano se mostra como um ano de recuperação para a SEFAZ, com ingresso relevante de fontes de receita adicionais ao ICMS.



2.2.1 CRESCIMENTO NOMINAL DO CUSTEIO DO ESTADO

Já seguindo o objetivo estratégico de resultado definido para nova estratégia da Sefaz “Prezar pela qualidade do gasto, garantindo os recursos necessários à manutenção dos serviços públicos e ampliando a capacidade de investimento do Estado”. A secretaria da fazenda precisou criar planos de melhoria da qualidade do gasto público, ainda em 2023, para acompanhamento dos Indicadores de controle do crescimento do custeio do Estado (Outras Despesas Correntes - ODC). Esse trabalho conseguiu conter o crescimento da despesa total de custeio (Executivo mais Outros Poderes) em 2,8% em relação e 2022. Um excelente resultado considerando que o ano anterior obteve um crescimento de 23% nesses gastos.

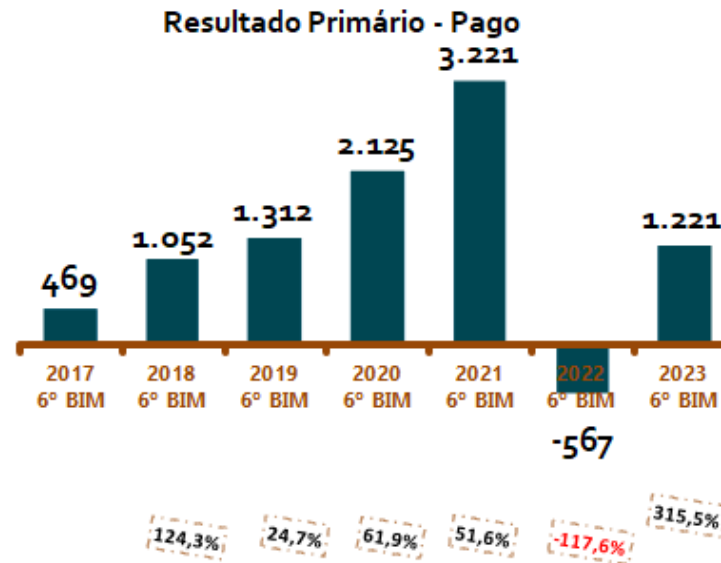


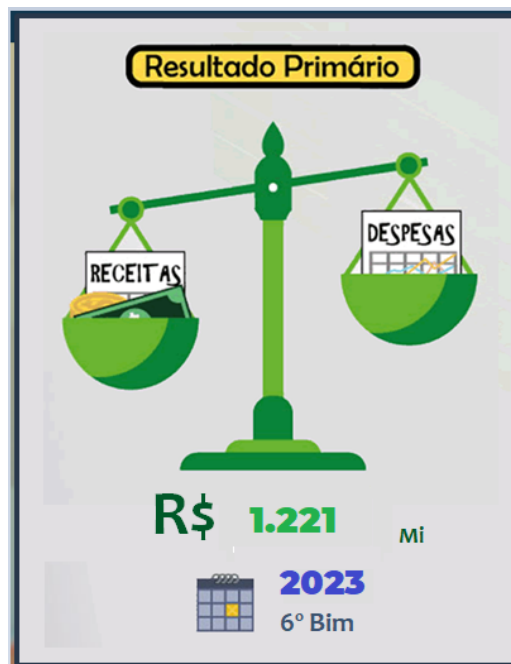


O plano de qualidade do gasto, decreto nº 54.394/2023 teve o objetivo de redução de R\$ 270 milhões das despesas de custeio em 2023.

2.2.2 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário de R\$1.221 em 2023 corresponde a uma variação nominal positiva quando comparado ao de 2022. As receitas primárias líquidas (receitas não financeiras deduzidas às transferências a municípios) cresceram 1,86%, e as despesas primárias reduziram em 2,16%. A redução das despesas ocasionou um expressivo crescimento do resultado primário, na ordem de 315,5% em relação ao ano anterior.





Resultado Primário acumulado até o 6º bimestre de 2023

Valores em R\$ milhões

No cálculo do Resultado Primário, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.



2.2.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário de R\$ 1.022 milhões, correspondente à diferença entre o total das receitas ingressadas e o total das despesas liquidadas no exercício, foi resultado da redução tanto das despesas, - 4,97%, quanto das receitas -2,93%.

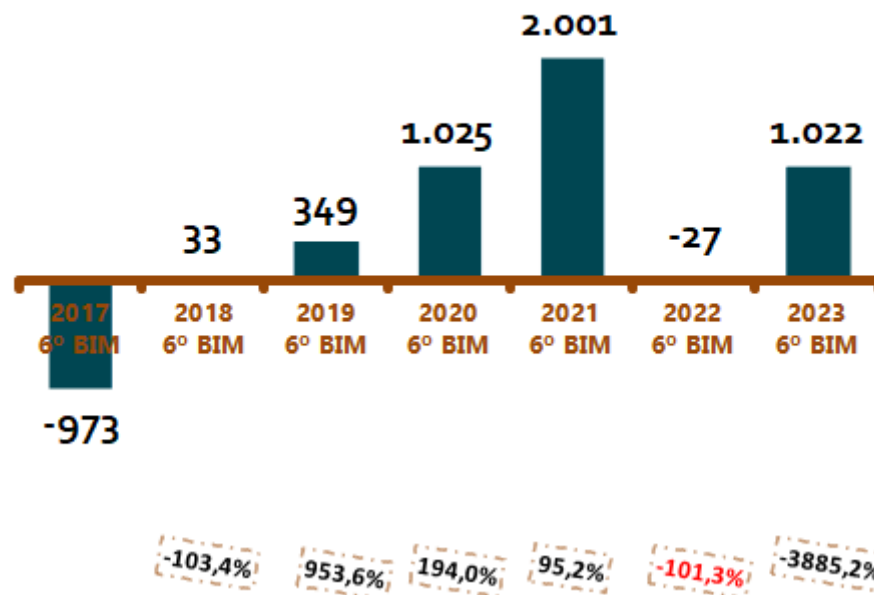
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO valores em R\$ Mi (nominal)



O resultado orçamentário acumulado até o 6º bimestre de 2023, confrontado com o do mesmo período do exercício de 2022, que foi de R\$27 milhões negativos, apresentou uma variação nominal positiva da ordem de R\$ 1.049 milhões, o que representa uma variação negativa de 3.885%.



Resultado Orçamentário - Visão Liquidado

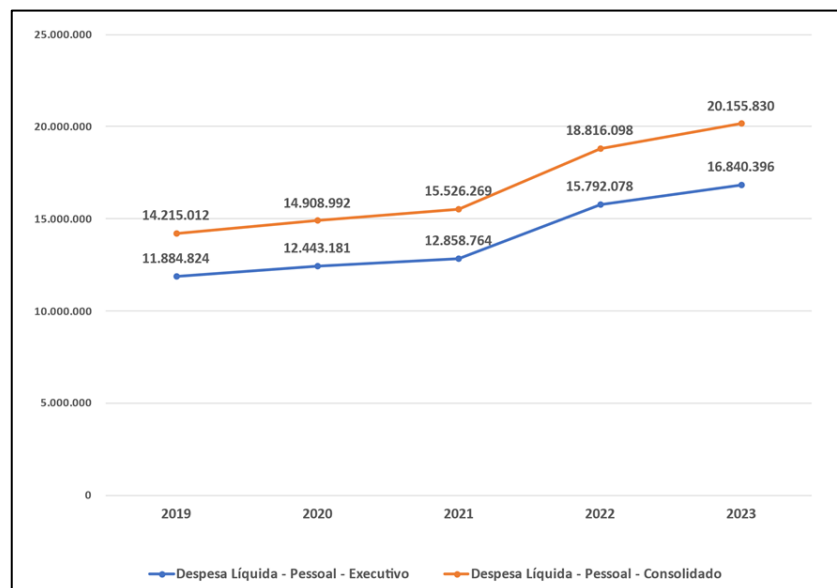




2.2.4 DESPESA DE PESSOAL (Todos os Poderes e Poder Executivo) – ÚLTIMOS 12 MESES

DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL

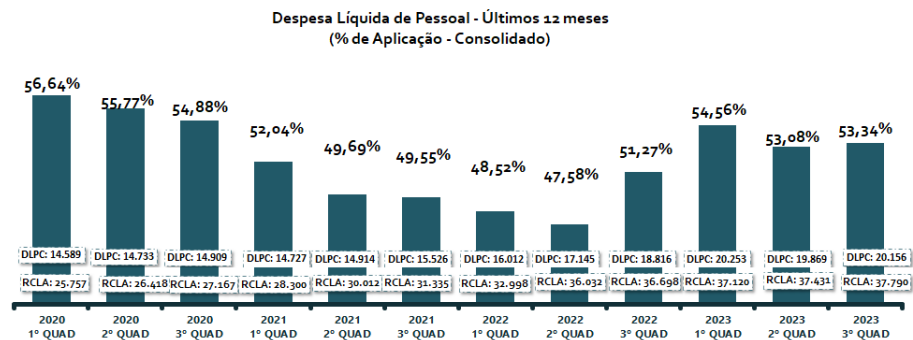
valores em R\$ Mi (nominal)





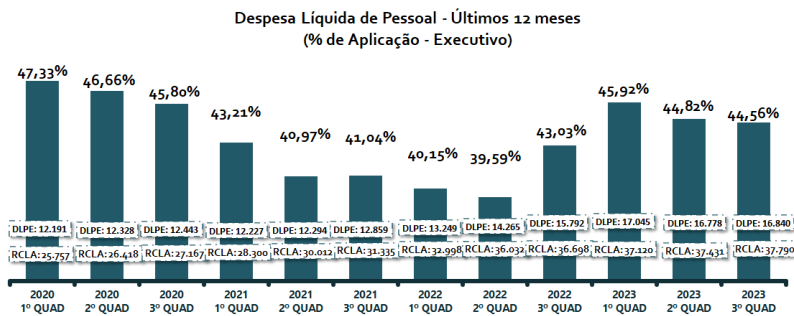
Da análise dos limites com gastos de pessoal - por poder – percebe-se que o consolidado de todos os poderes alcançou a marca de 53,34% abaixo do limite prudencial de 57%, porém já se aproxima do limite de alerta de 54%.

DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (LRF) - PESSOAL CONSOLIDADO



Na análise da evolução do indicador da Despesa de Pessoal do Poder Executivo é importante destacar que o resultado do 3º quadrimestre de 2023 fechou em 44,56% acima do limite de alerta e próximo ao limite prudencial de 46,55%.

DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (LRF) - PESSOAL PODER EXECUTIVO

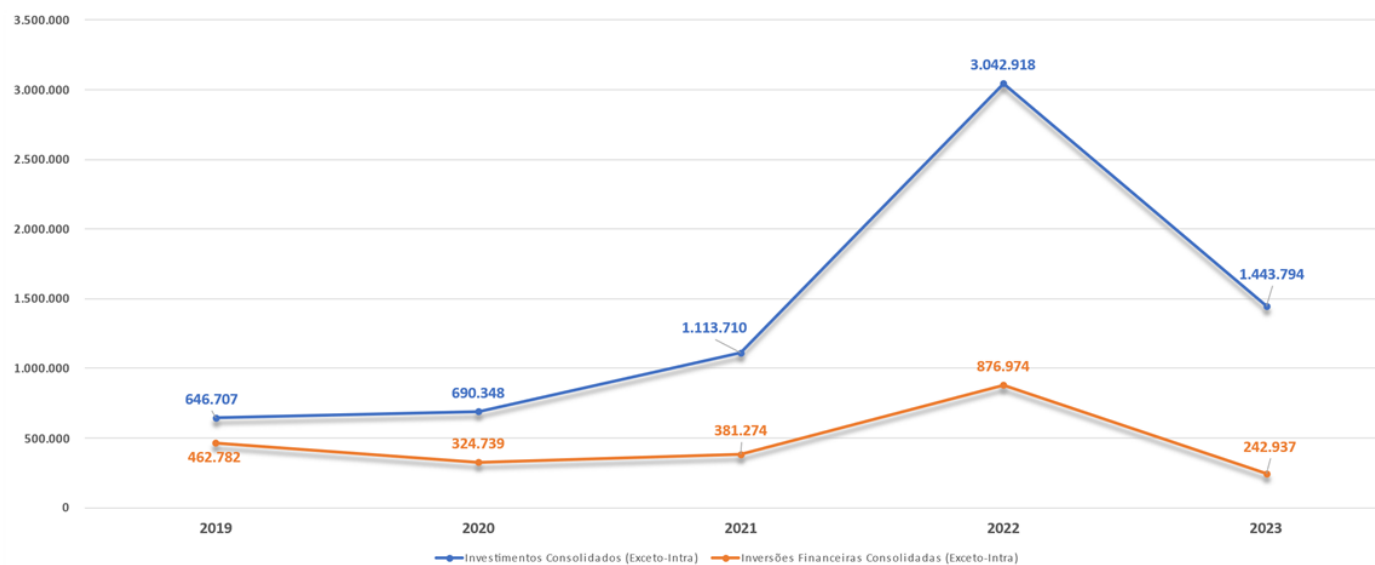




2.2.5 CRESCIMENTO NOMINAL DO INVESTIMENTO DO ESTADO

As despesas com o Investimento são destinadas a melhorar a capacidade do Estado em atender as demandas da população por meio da construção e aquisição de bens permanentes. A sua meta deve equilibrar a necessidade de ampliação dos investimentos com a capacidade orçamentária própria e captação de recursos para fazer jus aos mesmos. Na rubrica Investimentos, no 6º bimestre de 2023, apresentou uma redução de 52,56% em relação a 2022 quando o Estado aplicou R\$ 3.043 milhões, e as Inversões Financeiras reduziram na ordem de 72,30% em relação a 2022 onde o Estado fez o aporte de R\$ 876 milhões naquele ano.

INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS valores em R\$ Mi (6º bimestre 2023)

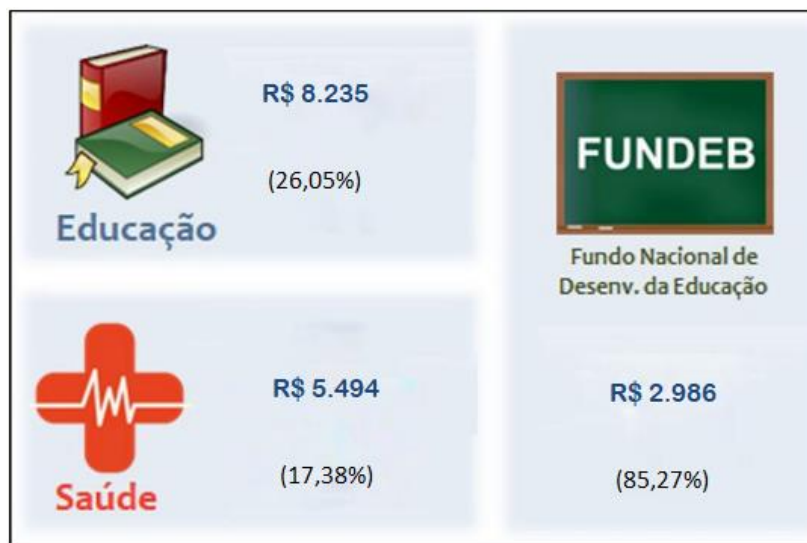




2.2.6 VINCULAÇÕES OBRIGATÓRIAS

As vinculações constitucionais foram devidamente cumpridas no exercício de 2023. O Estado de Pernambuco aplicou além do valor mínimo exigido, destacando-se os gastos com saúde que foram da ordem de R\$ 8.235 milhões sendo R\$ 305 milhões a mais do o ano de 2022.

VINCULAÇÕES OBRIGATÓRIAS valores em R\$ Mi (6º bimestre 2023)



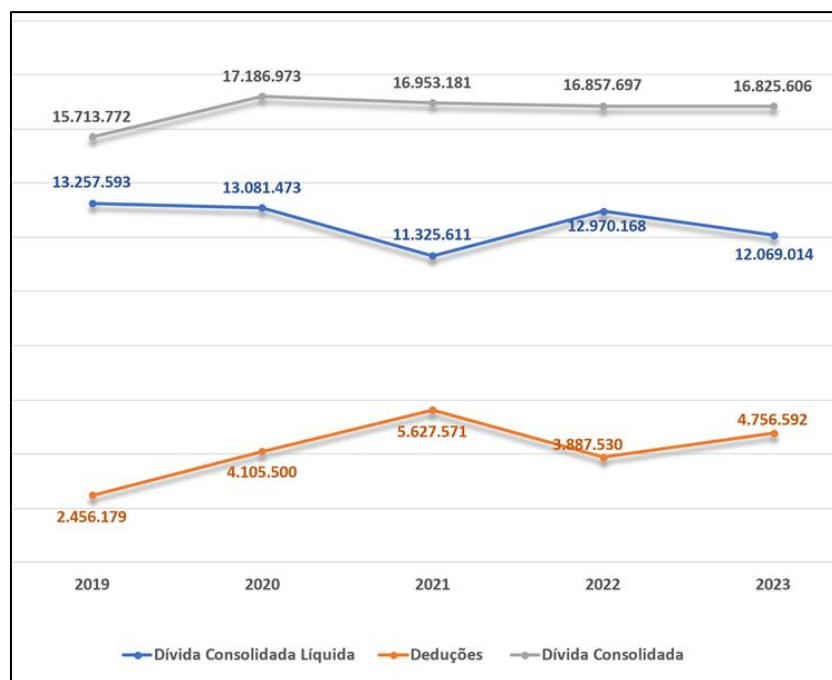
Fonte: Contabilidade e-fisco - Balanço Orçamentário acumulado até dezembro de 2023



2.2.7 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

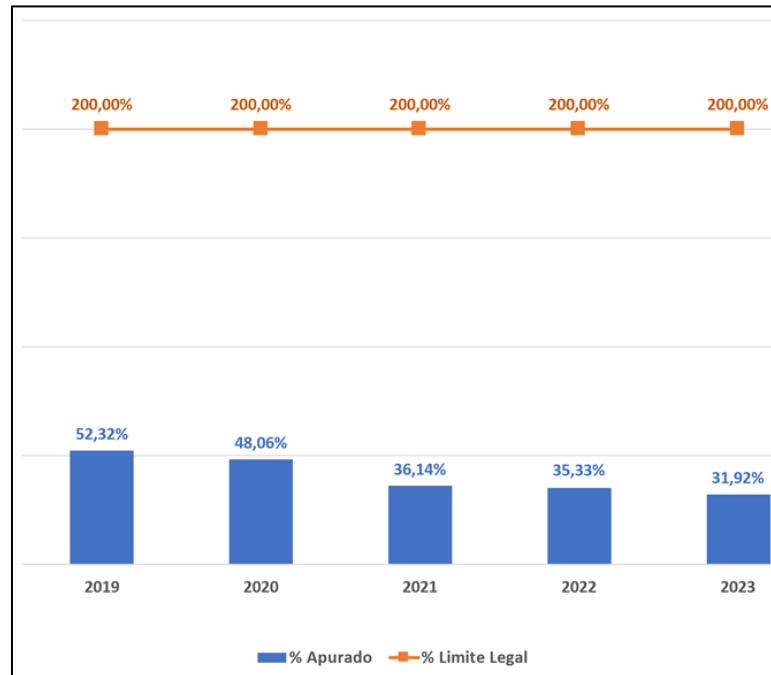
No aspecto fiscal do endividamento do Estado, a legislação estabelece a relação Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada deduzida dos haveres financeiros) sobre Receita Corrente Líquida (RCL) como medida do endividamento, impondo o limite de duas vezes a RCL para a Dívida Consolidada Líquida. No caso de Pernambuco essa relação vem declinando e está muito aquém do limite, conforme mostrado no gráfico a seguir. Importante ressaltar o registro do menor endividamento da história, mesmo com o cambio do dólar elevado.

Dívida Consolidada Líquida





Dívida Consolidada Líquida / RCL Ajustada



2.3 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DE PERNAMBUCO

A SEFAZ, visando o aperfeiçoamento a sua gestão fiscal, tem firmado contratos de empréstimo com recursos de instituições financeiras internacionais, para execução de projetos de modernização. O PROMOFAZ foi o primeiro projeto de modernização em nível nacional, assinado pelo governo de Pernambuco em 1998 e finalizado em 2006. Foram utilizados US\$ 50 milhões. Em 2010, foi assinado o segundo contrato para execução do Projeto de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO I, cujo investimento total do projeto somou US\$ 22,19 milhões. Em 2019, ocorreu assinatura do contrato do PROFISCO II, cujo investimento total



do projeto chegará a US\$ 44.400.000 milhões, sendo US\$ 37.000.000 milhões financiados pelo BID e US\$ 7.400 milhões de contrapartida do Tesouro Estadual. O Profisco inicialmente tinha período de 5 anos, porém teve o aditivo contratual aprovado para execução de mais 2 anos. Sendo assim, deverá concluir em 2026.

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROFISCO II PE – 2019 A 2023 (Fonte UCP/Profisco)

III - CRONOGRAMAS FÍSICO E FINANCEIRO E DISTRIBUIÇÃO POR FONTE						
COMPONENTE / PRODUTO	Investimento	REALIZADO				
		Valores	Ano 1 (2019)	Ano 2 (2020)	Ano 3 (2021)	Ano 4 (2022)
VALORES EM USD		6,1%	8,7%	13,1%	16,5%	15,8%
VALOR TOTAL DO PROJETO	44.400.000	2.723.824,27	3.870.943,28	5.814.476,05	7.310.861,78	7.029.060,79
GESTÃO DO PROJETO	560.000,00	0,00	28.598,32	19.790,32	88.485,42	117.534,03
A1 - Monitoramento e avaliação	503.137,26	0,00	28.598,32	9.669,95	77.203,28	105.883,03
A2 - Auditoria	56.862,75	0,00	0,00	10.120,37	11.282,15	11.651,00
CUSTOS DIRETOS	43.840.000,10	2.723.824,27	3.842.344,96	5.794.685,7	7.222.376,4	6.911.526,8
I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA	10.970.000,0	2.29.709,02	1.780.868,79	2.612.445,82	2.209.746,75	1.888.186,67
P1.1 Governança fazendária aperfeiçoada	1.883.187,14	0,00	266.103,18	196.808,31	191.189,23	293.468,300
P1.2 Novo modelo de gestão de pessoas implantado	1.950.064,09	0,00	11.197,06	201.762,12	1.003.980,89	167.420,97
P1.3 Plataforma de tecnologia da informação e comunicação atualizada	7.136.748,77	229.709,02	1.503.568,54	2.213.875,38	1.014.576,64	1.427.297,40
0	-	0,00	0,00	-	-	-
0	-	0,00	0,00	-	-	-
0	-	0,00	0,00	-	-	-
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E	16.210.000	2.249.669,73	916.480,33	1.481.468,81	2.526.390,05	2.552.817,48
P2.1 Incentivos fiscais controlados	200.031,48	7.494,91	0,00	21.848,04	287,51	5.820,06
P2.2 Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias monitoradas	2.538.143,57	148.444,74	88.889,52	266.750,48	626.420,07	444.412,65
P2.3 Novo modelo de fiscalização de contribuintes implantado	3.917.050,63	78.508,17	132.099,29	718.785,87	828.126,71	1.053.787,69
P2.4 Sistemas de cobrança aperfeiçoados	4.119.747,17	501.840,58	426.062,28	276.567,38	379.605,00	285.873,71
P2.5 Nova sistemática de obtenção de informações e acesso aos Dfe	3.501.399,65	1.513.381,33	269.429,24	133.092,11	285.043,37	598.979,79
P2.6 Novo modelo de atendimento aos contribuintes implantado	1.933.627,60	0,00	0,00	64.424,94	406.907,39	163.943,58
0	-	0,00	0,00	-	-	-
III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	16.660.000,0	244.445,52	1.144.995,84	1.700.771,1	2.486.239,55	2.470.522,61
P3.1 Novo modelo de gestão dos recursos orçam. e financeiros implantado	4.160.612,32	145.602,17	248.059,03	351.945,5	297.377,3	285.029,8
P3.2 Sistemas para gestão de transferências e prestação de contas implantados	2.170.703,18	74.324,29	575.113,40	53.185,48	489.639,03	279.101,41
P3.3 Modelo de gestão contábil do Estado aprimorado	9.407.189,33	0,00	301.303,51	1.286.252,27	1.575.206,66	1.762.557,82
P3.4 Gestão da dívida pública aperfeiçoada	596.429,98	0,00	596,43	-	113.470,83	143.833,62
P3.5 Novos procedimentos para a gestão de custos públicos	325.065,19	24.519,06	19.923,47	9.387,88	10.545,72	-
IMPREVISTOS	0,0	0,00	0,00	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2023 ao TCE-PE
[Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco]



Quanto à execução financeira do PROFISCO II PE, em 2023, foram executados USD 7 milhões, representando 15,8% do total do projeto. A execução financeira acumulada entre 2019 e 2023 soma 60,29% do Projeto.

Documento Assinado Digitalmente por: DANIELLA MYRIAN SILVA
Acesse em: <https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9fa4dbdb-0d27-4443-aedb-cb0936346ab2



3. DESCRIÇÃO DAS METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) DA SEFAZ EM 2023

3.1. Resultados da realização das Metas (físicas e financeiras) conforme o PPA/LOA da SEFAZ

3.1.1. Metas Físicas

Quanto às Metas Físicas definidas no PPA, a grande maioria não foi quantificada por orientação do órgão responsável pela coordenação da elaboração do Orçamento - SEFAG, tendo em vista não serem os projetos/atividades da SEFAZ integrantes de programas finalísticos, segundo o PPA.

Com efeito, a Lei do PPA 2021-2023 (Lei nº 16.770 de 23 de dezembro de 2019) dispõe no § 1º do art. 1º que:

“Art. 1º

.....

§1º Para o cumprimento das disposições do Plano Plurianual 2021-2023 de que trata o *caput*, consideram-se:

.....

III - Programa: conjunto articulado de ações, órgãos executores e pessoas motivadas para o alcance de um objetivo comum, podendo ser classificado em dois tipos:

a) Programa Finalístico: aquele que resulta em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade pela Administração Pública Estadual;

b) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: aquele que orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental composto por ações não tratadas nos Programas Finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado, podendo ser composto, inclusive por despesas de natureza tipicamente administrava.”

Por outro lado, consistentemente com o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 - LDO (Lei Nº 17.922, de 05 de setembro de 2022) estabelece:

“Art. 8º Para efeito da presente Lei, entendem-se como:

.....



III - Produto, o resultado da ação governamental, expresso sob a forma de bem ou serviço posto à disposição da sociedade; e

IV - Meta, a quantificação dos produtos.

.....

Desta feita, as atividades, os projetos e as operações especiais da SEFAZ, contidas no PPA/LOA 2023, são rotineiros em todos os casos e não são expressas em bens ou serviços postos à disposição da sociedade. As atividades, os projetos e as operações especiais operacionalizadas pelas UGEs 150101, 150104, 150106, 150107, 150108, 150110 e 150111 foram aprovados pela SEPLAG nos seguintes Programas de Trabalho:

A) Atividades:

- 04.846.0452.0171 - Concessão de Vale Transporte e Auxílio Alimentação a Servidores da SEFAZ
- 04.846.0452.0175 - Contribuições Patronais da Secretaria da Fazenda ao FUNAFIN
- 04.129.0452.0178 - Adequação da Infraestrutura Física e Reparelhamento da SEFAZ
- 04.128.0452.1639 - Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ
- 04.122.0452.1782 - Encargos com INSS do Pessoal Contratado e Comissionado da Secretaria da Fazenda
- 04.126.0452.2028 - Manutenção da Tecnologia de Informação e Comunicação da Secretaria da Fazenda
- 04.122.0452.3463 - Conservação do Patrimônio Público da SEFAZ
- 04.129.1016.4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias
- 04.122.0452.4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda
- 04.126.0452.4423 - Manutenção e Melhoria da Infraestrutura e dos Serviços do e-Fisco
- 04.131.1077.4580 - Manutenção da Ouvidoria da Secretaria da Fazenda

B) Projetos:

- 04.129.0587.3441 - Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ



OBS.:

O Quadro seguinte especifica a meta física de cada atividade/projeto/operação especial, a localização e o respectivo responsável na SEFAZ:

Quadro 1

DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS CONFORME PPA/LOA 2022 POR AÇÃO/SUBAÇÃO			
SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO			
AÇÃO:		4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias	
SUBAÇÃO:		0008 - Ampliação de Receitas – ICMS, IPVA E ICD	
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Cristiano Henrique Aragão Dias	Ação Executada
AÇÃO:		4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias	
SUBAÇÃO:		0009 - Ampliação de Receitas Próprias – NAPAS	
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Cristiano Henrique Aragão Dias	Ação Executada
AÇÃO:		4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias	
SUBAÇÃO:		B246 - Processo de Captura Eletrônica de Dados	
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Cristiano Henrique Aragão Dias	Ação Executada
AÇÃO:		4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias	
SUBAÇÃO:		B250 - Custeio de Diárias para dar Suporte às Atividades da Área Tributária	
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Cristiano Henrique Aragão Dias	Ação Executada
AÇÃO:		4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias	
SUBAÇÃO:		C143 - Desp. com Locação de Veículos da SEFAZ p/Suporte às Atividades Tributárias	
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Cristiano Henrique Aragão Dias	Ação Executada



AÇÃO: 1639 - Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ			
SUBAÇÃO: 0000 - Outras Medidas			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Walclécia Aparecida dos Santos	Ação Executada
AÇÃO: 1639 - Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ			
SUBAÇÃO: 1146 - Indenizações da Operação Tributária			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	2220	Walclécia Aparecida dos Santos	Restituição/Indenização Efetuada
AÇÃO: 1639 - Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ			
SUBAÇÃO: 1982 - Capacit. de Recursos Humanos da SEFAZ através da ESAFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	450	Walclécia Aparecida dos Santos	Pessoa Capacitada
AÇÃO: 1782 - Encargos com INSS do Pessoal Contratado e Comissionado da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO: 2028 - Manutenção da Tecnologia de Informação e Comunicação da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: 0000 - Outras Medidas			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Danielle Campello de Melo Augusto	Ação Executada
AÇÃO: 2028 - Manutenção da Tecnologia de Informação e Comunicação da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: 0152 - Manut.da Rede Digital Corporativa de Governo-SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Danielle Campello de Mello Augusto	Rede Mantida



AÇÃO: 3463 - Conservação do Patrimônio Público da SEFAZ			
SUBAÇÃO: B252- Fornecimento de Segurança Pessoal e Patrimonial da SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 3463 - Conservação do Patrimônio Público da SEFAZ			
SUBAÇÃO: C095 - Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação da SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: 0000 - Outras Medidas			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: 1983 - Ressarcimento de Despesa de Pessoal à Disposição da SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: B251 - Despesas com Energia Elétrica da SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: C091 - Apoio Administrativo-Pagt.de Estagiários da SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada



AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: C092 - Despesas com Taxa de Água e Esgoto da SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: C093 - Despesas com Combustível da SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: C094 - Pagamento de Diárias da SEFAZ-Suporte			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: C096 - Despesas com Locação de Veículos da SEFAZ para Suporte			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 4373 - Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda			
SUBAÇÃO: C100 - Apoio Administrativo-Prestação de Serviços Terceirizados na SEFAZ			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO: 4423 - Manutenção e Melhoria da Infraestrutura e dos Serviços do e-Fisco			
SUBAÇÃO: 0000 - Outras Medidas			
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Danielle Campello de Melo Augusto	Sistema Mantido

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2023 ao TCE-PE
[Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco]



Documento Assinado Digitalmente por: DANIELLA MYRIAN SILVA
Acesse em: <https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9fa4dbdb-0d27-4443-aedb-cb9936346bb2

AÇÃO:	4580 Manutenção da Ouvidoria da Secretaria da Fazenda		
SUBAÇÃO:	0000 - Outras Medidas		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	José Harlan Nóbrega	Ouvidoria Mantida
AÇÃO:	0171 - Concessão de Vale Transporte e Auxílio Alimentação a Servidores da SEFAZ		
SUBAÇÃO:	0000 - Outras Medidas		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	170	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada
AÇÃO:	0175 - Contribuição Patronal da Secretaria da Fazenda ao FUNAFIN		
SUBAÇÃO:	0000 - Outras Medidas		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	13.208	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO:	0178 - Adequação da Infraestrutura Física e Reparelhamento da SEFAZ		
SUBAÇÃO:	0000 - Outras Medidas		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Carlos Eduardo Araújo Pereira	Ação Executada

AÇÃO:	3441 - Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ		
SUBAÇÃO:	0000 - Outras Medidas		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO:	3441 - Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ		
SUBAÇÃO:	1724 - Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária e Transparência Fiscal - PROFISCO		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO:	3441 - Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ		
SUBAÇÃO:	A567 - Administração do PROFISCO		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO:	3441 - Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ		
SUBAÇÃO:	A573 - Aperfeiçoamento da Administração Financeira e Gasto Público - PROFISCO		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada
AÇÃO:	3441 - Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ		
SUBAÇÃO:	A574 - Aperfeiçoamento da Administração Tributária e do Contencioso Fiscal - PROFISCO		
Localização:	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Daniella Myrian da Silva	Ação Executada



Quanto às Metas Financeiras, a quantificação em cada Ação, delimitada no PPA, baseia-se no valor do custeio e dos investimentos atribuídos pelas equipes de planejamento da SEFAZ e da SEPLAG para o intervalo de 04 (quatro) anos segmentado por exercício financeiro como indicador para a LOA. A realização do custeio (Outras Despesas Correntes) obedece ao imperativo das licitações e contratações no curso do exercício, tendo como limite o valor do orçamento autorizado na LOA, variando para mais ou para menos, conforme o tipo da despesa referente a cada Ação.

Nas Ações que têm maior incidência de despesas continuadas, a tendência é a alteração do valor para maior, em razão do reajuste dos contratos previsto na Lei nº 12.525/2003, alterada pela Lei nº 12.932/2005. Nas Ações cujo peso maior encontra-se em materiais de consumo, a tendência é que a realização seja menor do que o valor autorizado em razão do substancial economia financeira quando da licitação das despesas via Pregão Eletrônico.

O que vem demonstrado no Quadro abaixo reflete os pontos acima referidos - o montante atribuído pelo PPA, que é o valor autorizado na LOA e suas alterações, realização das despesas por Grupo, Natureza e Fonte, além do percentual de realização.



Quadro 2

DEMONSTRATIVO DAS METAS FINANCEIRAS CONFORME PPA/LOA - 2023 POR AÇÃO					
SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO					
AÇÃO: 4085 Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.3 ODC	20.484.000,00	16.519.499,89	14.728.511,22	89,16%
AÇÃO: 1639 Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.3 ODC	32.630.400,00	89.708.700,00	89.344.248,18	99,59%
AÇÃO: 1782 Encargos com INSS do Pessoal Contratado e Comissionado da Secretaria da Fazenda					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.1 Pessoal e Encargos	874.900,00	596.960,00	458.367,36	76,78%
AÇÃO: 2028 Manutenção da Tecnologia de Informação e Comunicação da Secretaria da Fazenda					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.3 ODC	1.562.800,00	3.122.358,11	2.113.211,68	67,68%
500000000	4.4 Investimento	487.500,00	487.500,00	163.906,49	33,62%
501000000	3.3 ODC	627.500,00	627.500,00	481.513,12	76,74%
501000000	4.4 Investimento	1.874.800,00	1.874.800,00	864.465,40	46,11%



AÇÃO: 4373 Gestão das Atividades da Secretaria da Fazenda					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.1 Pessoal e Encargos	435.047.700,00	406.918.309,95	404.374.761,53	99,37%
500000000	3.3 ODC	19.296.000,00	21.509.957,00	18.272.255,25	84,95%
AÇÃO: 4423 Manutenção e Melhoria da Infraestrutura e dos Serviços do e-Fisco					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.3 ODC	21.304.900,00	21.304.900,00	21.123.412,31	99,15%
500000000	4.4 Investimento	5.000,00	5.000,00	0	-
501000000	3.3 ODC	2.156.800,00	6.887.800,00	6.658.730,04	96,67%
501000000	4.4 Investimento	5.000,00	5.000,00	0	-
AÇÃO: 4580 Manutenção da Ouvidoria da Secretaria da Fazenda					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.3 ODC	5.000,00	5.000,00	0	-
AÇÃO: 0171 Concessão de Vale-Transporte e Auxílio Alimentação a Servidores da SEFAZ					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.3 ODC	516.000,00	637.300,00	557.873,83	87,54%

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2023 ao TCE-PE
[Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco]



Documento Assinado Digitalmente por: DANIELLA MYRIAN SILVA
Acesse em: <https://e-icpepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9fa4dbdb-0d27-4443-aedb-cb093b346ab2

AÇÃO: 3463 Conservação do Patrimônio Público da SEFAZ					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.3 ODC	5.326.300,00	6.533.750,00	6.092.014,49	93,24%
AÇÃO: 0175 Contribuição Patronal da SEFAZ ao FUNAFIN					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
500000000	3.1 Pessoal e Encargos	123.675.900,00	103.638.135,00	103.019.610,45	99,40%
AÇÃO: 0178 Adequação da Infraestrutura Física e Reparelhamento da SEFAZ					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2029	Realizado x Orç. (%)
500000000	4.4 Investimentos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00%
501000000	4.4 Investimentos	300.000,00	300.000,00	71.892,99	23,96%
AÇÃO: 3441 Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ					
Metas Financeiras:					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2023	Orç. Autorizado 2023	Realização UGE 2023	Realizado x Orç. (%)
501000000	4.4 Investimentos	4.538.600,00	7.438.600,00	3.210.965,52	43,17%
754000000	4.4 Investimentos	49.002.500,00	49.002.500,00	30.383.003,71	62,00%
Total Liquidado 2023				698.707.778,05	